



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Gabinete Adjunto
Superintendência de Gestão Ambiental – SUGA

Relatório Técnico: Visita técnica à Lavouras e Bento Rodrigues

Belo Horizonte
Julho, 2017



Sumário

1. Introdução.....	3
2. Contextualização	3
3. Visita técnica	5
4. Análise.....	5
4.1. Apontamentos em relação aos dispositivos legais	5
4.2. Polígono proposto	7
4.3. Preferência por outras áreas	7
4.4. Rua São Bento	8
4.5. Localização da Igreja de São Bento.....	9
4.6. Técnicas de engenharia	10
4.7. Alteração do Plano Diretor de Mariana	12
4.8. Dique S4	13
4.9. Aterro sanitário	13
4.10. Estrada Real.....	13
5. Análise da visita à Bento Rodrigues	15
5.1. Muro tombado pelo Ministério Público.....	15
5.2. Dique S4	15
5.3. Estrada Real	16
5.4. Itens roubados	17
5.5. Demandas da comunidade	18
6. Recomendações	19
6.1. Readequação do projeto urbanístico	19
6.2. Participação mais efetiva do Estado	20
6.3. Estudos referentes ao aterro sanitário	21
6.4. Alinhamento com a SETUR	21



1. Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela equipe da Superintendência de Gestão Ambiental (SUGA), em parceria com a Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir), em relação às ações de desdobramento do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta que dizem respeito ao reassentamento das comunidades impactadas, mais especificamente à comunidade de Bento Rodrigues.

A atuação dos órgãos foi pautada nas definições do Comitê Interfederativo e na agenda da Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra), observando os prazos estabelecidos pelo TTAC de cumprimento dos programas pela Fundação Renova.

2. Contextualização

O processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues depende, dentre outras etapas executadas pela Fundação Renova e pela esfera municipal, da Anuência Prévia – regulamentada pela Lei Federal 6.766/1979 e pelo Decreto Estadual 44.646/2007, conduzida e executada pela SECIR, e do Licenciamento Ambiental – (Deliberação Normativa COPAM nº74/2004), emitido pela SEMAD.

A Fundação Renova apresentou no final do mês de junho um documento contendo mapas com informações referentes à área selecionada para reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, denominada Lavoura. A análise desse documento culminou no apontamento de dois pontos críticos:

- I. A Lavoura encontra-se localizada em perímetro rural do município de Mariana. Nesse sentido, etapa anterior à emissão da Anuência Prévia é a inserção do polígono correspondente à área selecionada no perímetro urbano do município, o que implica na alteração do Plano Diretor de Mariana.

Esse procedimento é conduzido, em parceria, pela SECIR, Ministério Público e o Município de Mariana. Porém, para que essa alteração seja feita, em conformidade com a legislação vigente, Lei Federal nº 10.257/2001, é necessário conhecer o



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Gabinete Adjunto
Superintendência de Gestão Ambiental – SUGA

polígono exato correspondente à área que receberá o reassentamento. Foram então solicitadas informações mais precisas acerca da área pretendida.

- II. De posse deste material, foram identificados problemas graves relacionados ao cumprimento da premissa legal básica para parcelamento do solo, descritos no Decreto Estadual de Minas Gerais 44.646/2007, além de inconformidades legais ambientais presentes na Lei Federal 12.651/2012.

Além disso, os aspectos socioambientais do licenciamento, juntamente com as premissas adotadas pela TTAC, convergem para a participação mais efetiva da população atingida no processo de definição do polígono na área de Lavoura que será destinado ao reassentamento de Bento Rodrigues, bem como de todas as demais etapas do processo de construção da nova Bento Rodrigues.

No intuito de avaliar a adequação da área proposta pela Fundação Renova aos dispositivos legais vigentes, bem como certificar que os anseios e expectativas da população a ser reassentada estavam, de fato, sendo levados em consideração no processo de reassentamento, e a partir de uma necessidade identificada pela CT-Infra de monitorar mais efetivamente esse processo, fez-se necessária a organização de uma visita técnica a campo para conhecer o terreno e também entender os anseios da comunidade de Bento Rodrigues.

As atividades foram executadas pelos técnicos da SEMAD e da SECIR conforme o cronograma abaixo.

Tabela 1 – Cronograma executado pelos técnicos da SEMAD e SECIR

Data	Horário	Local	Atividade
14/07/2017	11:00-13:00	Cáritas	Alinhamento de informações com representantes da Fundação Caritas
14/07/2017	14:30-17:50	Lavoura	Visita técnica à área selecionada para o reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues
15/07/2017	9:00-12:00	Bento Rodrigues	Visita técnica à área atingida diretamente pelo rompimento da Barragem de Fundão
15/07/2017	13:00-16:00	Mariana	Reunião de aproximação e apresentação entre Semad, Secir e a população de Bento Rodrigues



3. Visita técnica

Os servidores da SECIR e da SEMAD foram à campo com objetivo de fazer um reconhecimento de área e analisar as informações prestadas pela Fundação Renova em relação ao projeto de reassentamento de Bento Rodrigues, a Lavoura. A visita foi guiada pelos engenheiros encarregados do projeto e pelo Líder de Licenciamento da Fundação Renova, pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras de Mariana e por quatro representantes da comunidade de Bento Rodrigues, o Sr. “Zezinho”, a Sra. Mônica, a Sra. Janaína e o Sr. Alexandre.

O terreno foi percorrido conforme o traçado apresentado na figura e foram registrados 13 pontos de observação para melhor análise da área e das intervenções necessárias.



Figura 1- Mapa de Localização da Área de Lavoura com o Loteamento Proposto

4. Análise

4.1. Apontamentos em relação aos dispositivos legais

Em campo foi possível verificar a declividade acentuada, acima de 47%, que tem vedação legal para parcelamento, conforme Decreto Estadual 44.646/2007. Contudo, tais vedações



não eliminam o projeto como um todo, apenas os lotes inseridos em áreas com restrição legal deverão ser modificados de modo a atender as premissas legais.

O traçado demarcado nos mapas das Figuras 1 e 2 apresentam a rota percorrida pelos servidores durante a visita técnica. As manchas em vermelho apresentam as áreas com declividade superior a 47%, marco de vedação legal para loteamento urbano.

Apesar da questão de manutenção das relações de vizinhança existentes de Bento Rodrigues terem sido colocadas como premissa principal para a elaboração e disposição dos lotes no projeto urbanístico proposto pela Fundação Renova, a população atingida manifestou-se favorável às possíveis modificações no projeto visando tais adequações para segurança dos mesmos, o que implicaria na alteração de algumas relações de vizinhança.



Figura 2- Mapa de Declividade do Terreno em Lavoura



4.2. Polígono proposto

Foi apresentado pela Fundação Renova à população de Bento Rodrigues um polígono definido dentro do qual o projeto urbanístico de Nova Bento deveria estar contemplado, sem a possibilidade de alteração dessa área. Essa informação foi passada pelos técnicos da Fundação Renova com o argumento de que essa foi uma deliberação do Estado, por meio das secretarias SEMAD e SECIR.

Entretanto, foi esclarecido aos participantes da reunião realizada na Cáritas (técnicos da Cáritas, representantes da população atingida de Bento Rodrigues e Gesteira e Ministério Público) que essa deliberação nunca existiu e que não possui nenhum processo de regularização referente ao reassentamento das comunidades atingidas tramitando nas secretarias estaduais. Somente seria possível o protocolo de pedido de Anuência Prévia e, posteriormente, Licenciamento Ambiental, depois de definido o perímetro que contemplaria projeto urbanístico e alteração do Plano Diretor de Mariana. Ainda, foi esclarecido que o principal objetivo do reassentamento é atender ao máximo as expectativas e anseios das comunidades impactadas, tendo elas total liberdade para opinar e alterar as proposições apresentadas pela Fundação Renova.

Será disponibilizada pelo Ministério Público as gravações referentes às reuniões em que esses argumentos foram apresentados pela Fundação Renova, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

4.3. Preferência por outras áreas

Foi identificado o desejo emitido pelos atingidos de Bento Rodrigues pela construção de suas casas em área de menor declividade dentro da região de Lavoura, repreendido pela Fundação Renova com justificativa de que haveria um polígono definido por parte do Estado para ocupação do reassentamento, como mencionado no tópico anterior.

O mapa a seguir destaca com um círculo amarelo a região de preferência da comunidade de Bento Rodrigues para readequação do loteamento em receber os lotes dispostos nas áreas com restrição legal.

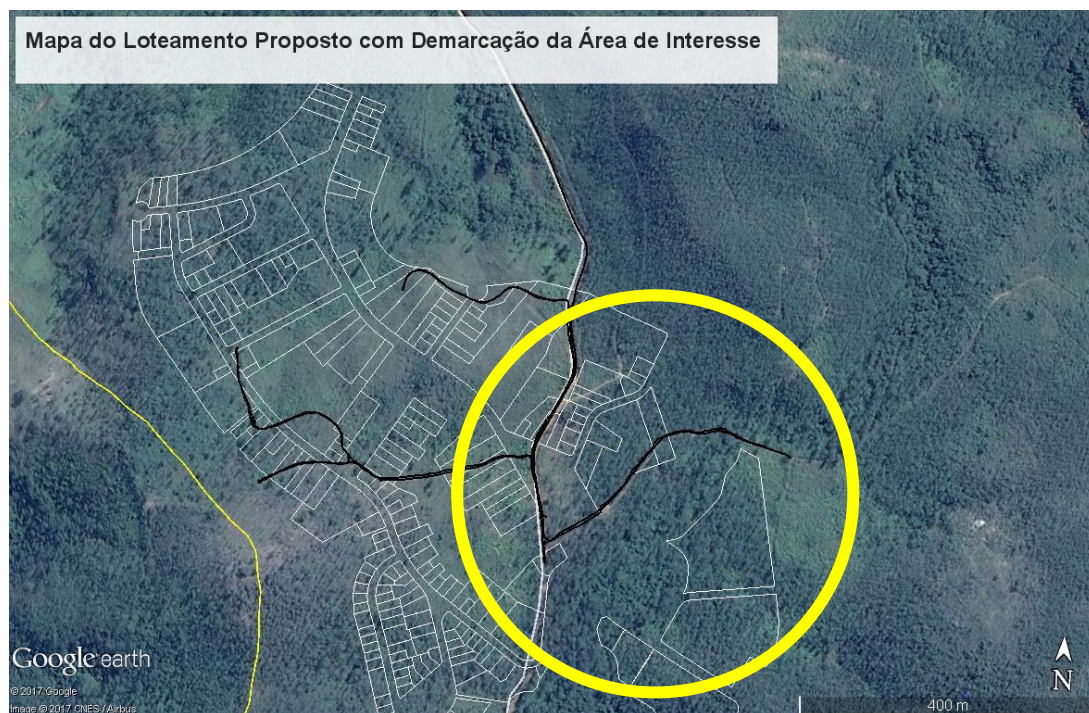


Figura 3- Mapa do Loteamento Proposto com Demarcação da Área de Interesse

4.4. Rua São Bento

O projeto urbanístico apresentado pela Fundação Renova não respeitou a manutenção da via de acesso à “Nova Bento” coincidindo com a via principal de Bento Rodrigues, denominada “Rua São Bento”. Esse foi um ponto de insatisfação ressaltado pela comunidade, que espera implementar um projeto que seja o mais compatível possível ao que se tinha anteriormente.



Figura 4- Via de acesso existente e direção da via principal (“Rua São Bento”) proposta

A placa e seta em azul apontam a direção da rua principal “São Bento”, que não coincide com a via de aceso já existente, como era a expectativa da população impactada.

4.5. Localização da Igreja de São Bento

A localização proposta pela população impactada para a Igreja de São Bento foi demarcada com uma cruz, instalada no mesmo local onde foi celebrada a primeira missa na área pleiteada.



Figura 5- Local proposto para a construção da Igreja de São Bento e local sugerido pela comunidade



Entretanto, no projeto urbanístico apresentado pela Fundação Renova, a Igreja de São Bento foi instalada em numa localização que não coincide com a expectativa inicial da comunidade. A foto aponta com as setas vermelha e verde os locais propostos pela Renova e pela população impactada, respectivamente.

4.6. Técnicas de engenharia

Em função da declividade acentuada do terreno selecionado pela Fundação Renova para o reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, algumas técnicas de engenharia foram apresentadas pela Fundação Renova como solução para promover maior conforto à população.

Dentre as técnicas estão previstos:

- I. Construção de dois muros de arrimo: em relação à construção dos muros, os representantes da comunidade de Bento Rodrigues se posicionaram inseguros. Foi observada certa resistência em relação à instalação desses muros, ainda que a Fundação Renova tenha justificado a instalação dos mesmos como medida de cuidado adicional e não como medida indispensável de segurança.

A antiga Bento Rodrigues estava localizada em uma área com declividade suave, diferente do terreno disponibilizado pela Renova para o reassentamento dos impactados.

A instalação desses muros não foi uma decisão da comunidade e sim apresentada pela Fundação Renova como uma intervenção necessária para a implementação do projeto urbanístico da Nova Bento Rodrigues.

No projeto de engenharia apresentado pelos encarregados da Fundação Renova, um dos muros seria instalado, como medida de prevenção e segurança, na parte mais baixa, ao final do contorno indicado pelas setas (foto a seguir).

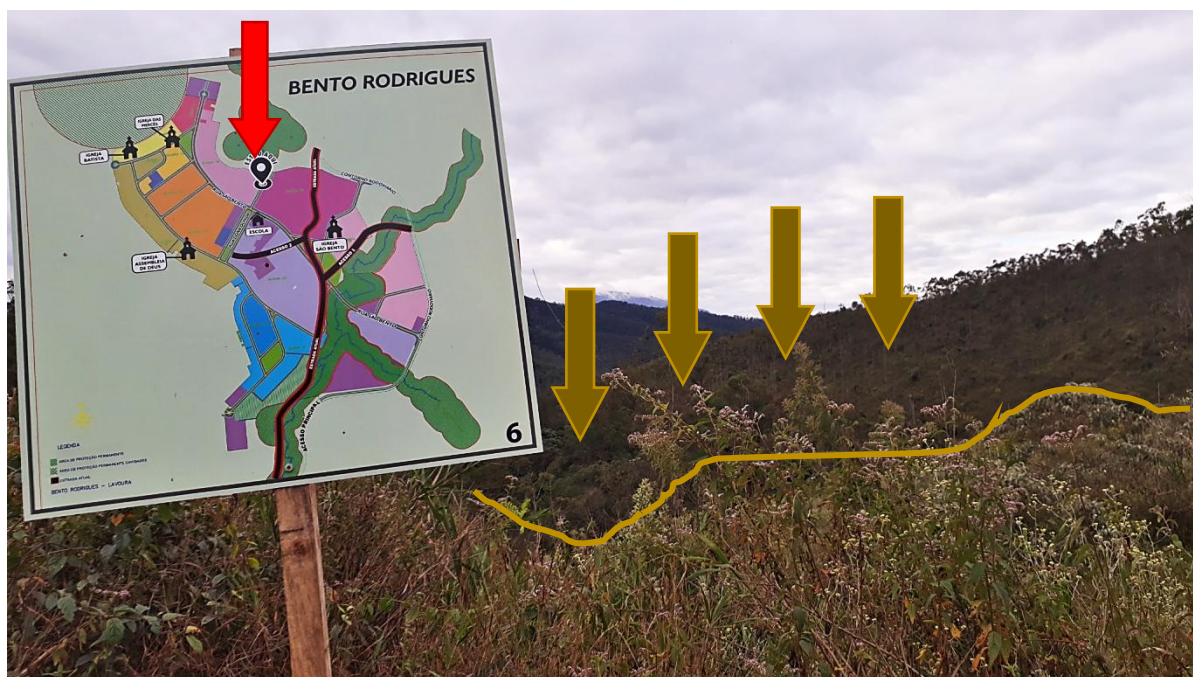


Figura 6- Localização aproximada da instalação do muro de arrimo proposto pela Fundação Renova

O mapa ilustrativo do projeto urbanístico da Nova Bento indica a localidade desse muro (reforçada com a seta vermelha).

Ressalta-se que o muro de arrimo foi planejado para ser construído numa área de APP, o que, além de ser vedado pelos dispositivos legais vigentes, interfere no sistema de drenagem existente no local.

- II. Aterramento e terraplanagem de áreas mais irregulares: a implementação dessas técnicas resultaria numa diferença de cota de 120 metros entre o ponto mais alto da Nova Bento Rodrigues e o ponto mais baixo, conforme informado pelo engenheiro encarregado da Fundação Renova.

Ainda, a implementação dessas técnicas inviabilizaria a utilização do solo para finalidades como plantio e criação de animais, que são, justamente, as atividades de maior prática dentre a população de Bento Rodrigues. Nesse sentido, a utilização dessas técnicas para redução da declividade do terreno comprometeria o perfil de uso e exploração da terra pelos impactados.



Figura 7- Apresentação das técnicas de engenharia propostas

4.7. Alteração do Plano Diretor de Mariana

Os representantes da comunidade de Bento Rodrigues manifestaram interesse em manter a área de loteamento dentro do perímetro rural, o que eliminaria a etapa necessária de alteração do Plano Diretor do município de Mariana e maximizaria o quesito de identificação da população atingida com a área de reassentamento, já que o perfil dessa comunidade condiz com atividades mais relacionadas com o “rural” do que com o “urbano”.

Entretanto, foi-lhes justificada a necessidade dessa alteração, já que para regularizar o loteamento pretendido, existe essa exigência legal prevista nos dispositivos: Lei Federal nº 10.257/2001, Lei Federal 6.766/1979 e Decreto Estadual 44.646/2007.



4.8. Dique S4

Foi relatado pelos moradores da antiga Bento Rodrigues que a Fundação Renova está passando para a comunidade que o reassentamento seria uma permuta em relação à antiga Bento.

Em relação a essa informação, foi esclarecido que o acordo firmado com a Samarco é de que, após o descomissionamento do Dique S4, a definição do uso e finalidade que se dará à área será decidida com o consentimento da população atingida.

4.9. Aterro sanitário

Os representantes da população de Bento Rodrigues manifestaram insegurança e receios em relação ao aterro sanitário, operado hoje pela Prefeitura de Mariana, que se localiza nas proximidades da área proposta para reassentamento de Bento Rodrigues.

Em relação a essa demanda, foi esclarecido que um aterro sanitário operando em conformidade com a legislação vigente não imprime risco às comunidades localizadas num raio de maior de 500 metros de distância. No caso, a área proposta para reassentamento da população de Bento Rodrigues está a aproximadamente a 3 km de distância do aterro em questão.

Assim sendo, caso o loteamento para reassentamento da população de Bento Rodrigues seja definido na área da Lavoura, conforme apresentado pela Fundação Renova, as providências para regularização do aterro serão tomadas, de modo a certificar que a comunidade esteja em segurança no que tange a manutenção do aterro naquela localidade.

4.10. Estrada Real

Os representantes da população de Bento Rodrigues demonstraram a importância e relevância da manutenção de “Nova Bento Rodrigues” na rota da Estrada Real, já que parte da população explorava as atividades de turismo decorrentes da localização estratégica do distrito.



Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Gabinete Adjunto
Superintendência de Gestão Ambiental – SUGA



Figura 8- Totem da Estrada Real na entrada de Bento Rodrigues (imagem anterior à data do acidente)

A área destinada ao reassentamento de Bento Rodrigues não faz parte da rota como se observava anteriormente. O mapa a seguir apresenta, em verde, o traçado da Estrada Real. É possível observar que, de fato, o distrito era contemplado pelo percurso.

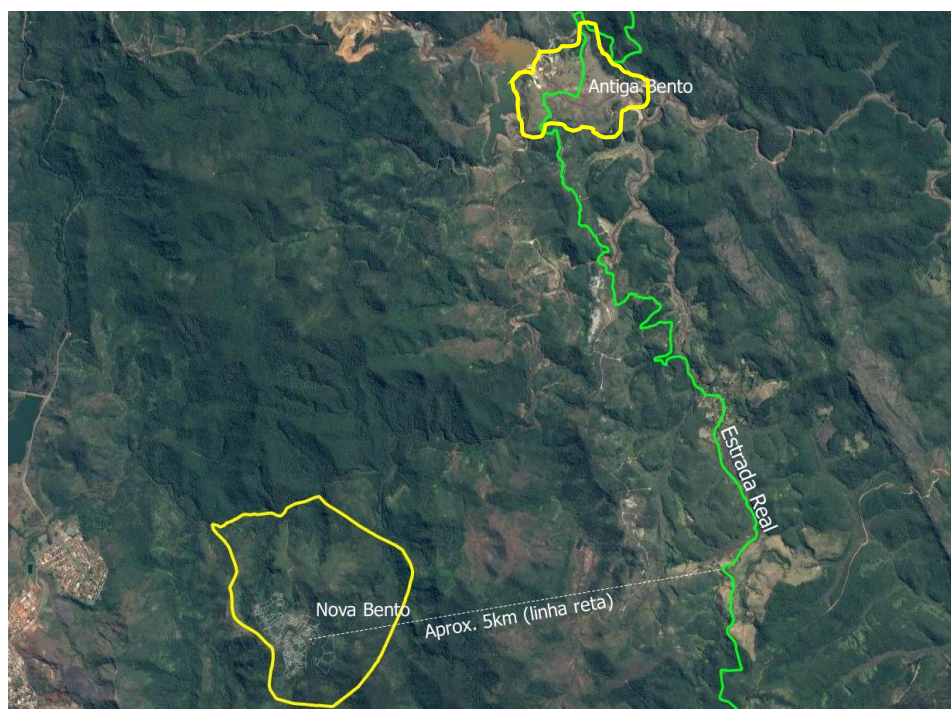


Figura 9- Mapa de Localização do Distrito de Bento Rodrigues, Lavoura e Estrada Real



Nesse sentido, percebeu-se o considerável interesse e expectativa de que a rota da Estrada Real seja revisada e ajustada para contemplar a área destinada ao reassentamento da população de Bento Rodrigues.

5. Análise da visita à Bento Rodrigues

5.1. Muro tombado pelo Ministério Público

Durante a visita à Bento Rodrigues foi identificado que o muro tombado pelo Ministério Público não está inteiramente protegido, estando parte do mesmo exposta e alagada pela operacionalização do Dique S4.



Figura 10- Muro tombado pelo Ministério Público

5.2. Dique S4

Foi relatado pelos moradores da antiga Bento Rodrigues que a Fundação Renova está passando para a comunidade que o reassentamento seria uma permuta em relação à antiga Bento.

Em relação a essa informação, foi esclarecido que o acordo firmado com a Samarco é de que, após o descomissionamento do Dique S4, a definição do uso e finalidade que se dará à área será decidida com o consentimento da população atingida.



Figura 11- Dique S4 com Bento Rodrigues localizada do outro lado da margem, à esquerda

5.3. Estrada Real

Os representantes da população de Bento Rodrigues demonstraram a importância e relevância da manutenção da “Nova Bento” na rota da Estrada Real, já que parte da população explorava as atividades de turismo decorrentes da localização estratégica do distrito.



Figura 12-Totem da Estrada Real na entrada de Bento Rodrigues (imagem anterior à data do acidente)

A área destinada ao reassentamento de Bento Rodrigues não faz parte da rota como se observava anteriormente. O mapa a seguir apresenta, de verde, o traçado da Estrada Real. É possível observar que, de fato, a Antiga Bento fazia parte do percurso.

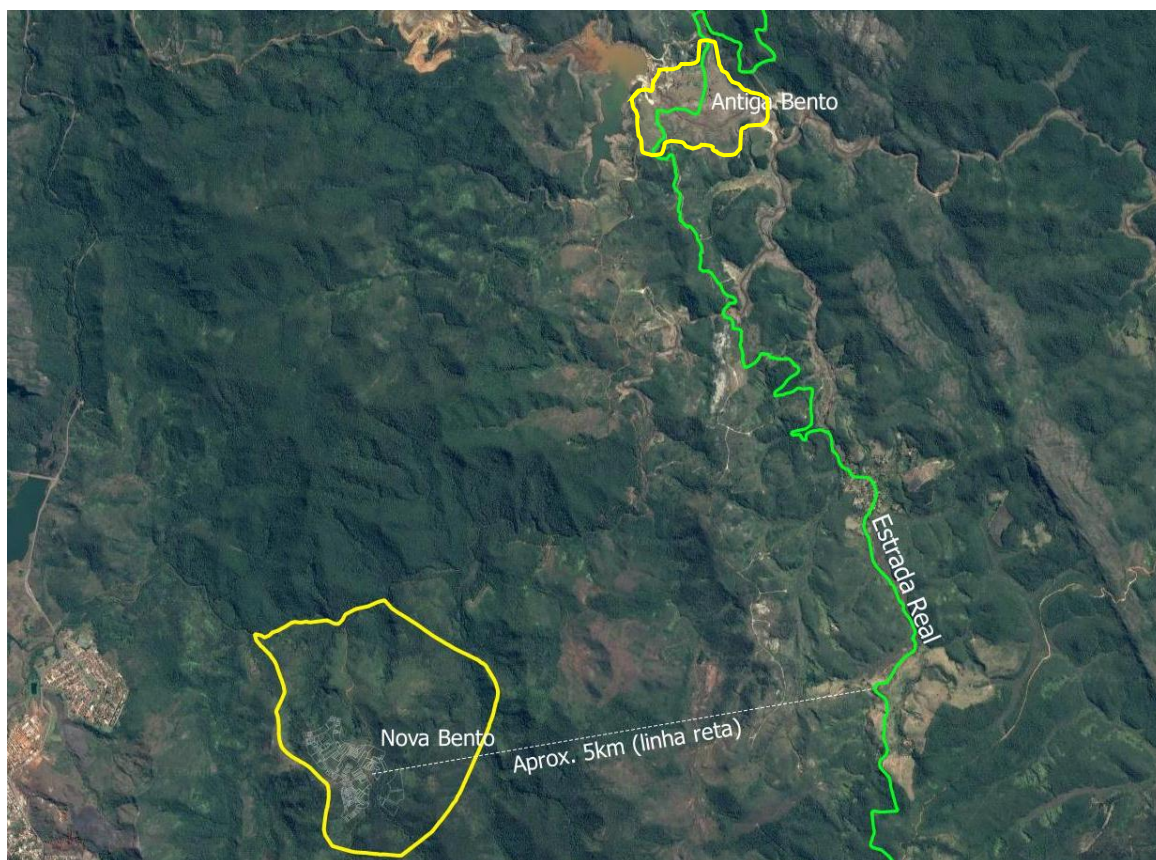


Figura 13- Rota da Estrada Real com destaque para Bento Rodrigues e Lavoura

Nesse sentido, registrou-se o interesse e a expectativa de que a rota da Estrada Real seja revisada e ajustada para contemplar a área destinada ao reassentamento da população de Bento Rodrigues.

5.4. Itens roubados

Durante a visita à Bento Rodrigues foi relatado pelos antigos moradores inúmeros casos de furtos de móveis, janelas, portas, portões, grades, e demais itens deixados no distrito, apesar do controle de entrada e vigilância da área realizados pela Samarco.



Figura 14- Exemplo de casa sem porta, janela e móveis, em função de furtos relatados

5.5. Demandas da comunidade

Os representantes da comunidade de Bento Rodrigues que estavam presentes na visita realizada no dia 15 de julho de 2017 solicitaram que fosse encaminhado que as árvores localizadas ao lado da Igreja de São Bento, apesar de estarem mortas, não sejam derrubadas. O anseio é que as árvores permaneçam no devido local até tombarem naturalmente.

Nesse sentido, deve-se solicitar à Fundação Renova que providencie essa demanda, atentando-se às devidas providências que devem ser tomadas em relação à segurança da área.

Ainda, foi relatado pelo Sr. “Zezinho” o anseio pela existência de uma castanheira na praça de Bento Rodrigues, da mesma forma que existia anteriormente.



6. Recomendações

Tendo como embasamento o histórico da visita técnica à Lavoura, exposto acima, acrescido das manifestações e relatos dos atingidos, são dadas as seguintes recomendações em relação ao processo de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues.

6.1. Readequação do projeto urbanístico

6.1.1. Rua São Bento: o anseio da população impactada é que sejam preservados os nomes e posicionamentos das ruas da antiga Bento Rodrigues. A mesma população compreende a dificuldade de viabilização desse anseio e que flexibilizações se farão necessárias. Entretanto, trata-se da principal via de acesso ao distrito, que deveria coincidir, da mesma forma, com a via de acesso à Lavoura, o que não se observa.

Considerando os demais pontos de atenção apresentados nesse relatório, sugere-se que sejam feitos estudos e novas proposições de disposição e layout, elaboradas com a participação da população impactada, possibilitando a seleção da alternativa que melhor agrada os interessados.

6.1.2. Localização da Igreja de São Bento: de maneira análoga ao que foi apresentado no tópico anterior, o anseio da população impactada é que sejam preservados os nomes e posicionamentos das ruas da antiga Bento Rodrigues. Foi celebrada uma missa no ponto em que se esperava que seja construída a Igreja de São Bento, e esse ponto foi posteriormente alterado.

Considerando os demais pontos de atenção apresentados nesse relatório, sugere-se que sejam feitos estudos e novas proposições de disposição e layout, elaboradas com a participação da população impactada, possibilitando a seleção da alternativa que melhor agrada os interessados.

6.1.3. Revisão na disposição dos lotes



Com base nos apontamentos do Capítulo 4, sugere-se a revisão do projeto urbanístico observando-se os seguintes aspectos:

- I. Participação mais efetiva dos impactados: o reassentamento de Bento Rodrigues deve ter como premissa principal a maximização da satisfação dos impactados. Nesse sentido, eles devem ser chamados a participar mais ativamente do processo de disposição das infraestruturas urbanas e quadras de loteamento;
- II. Utilização de áreas antes não contempladas: inexistência de um polígono definido, dentro do qual o projeto de Nova Bento Rodrigues deve estar contemplado. Nesse sentido, ainda que existam APPs e outras vedações legais de utilização de parte da área remanescente da Lavoura, faz-se necessária a complementação dos estudos, demonstrando a disponibilidade e disposição das áreas adequadas para ocupação com o reassentamento de Bento Rodrigues.
- III. Manutenção das relações de vizinhança: ainda que a população impactada tenha demonstrado flexibilidade em relação à premissa de relações de vizinhança, a mesma deve ser respeitada ao máximo.
- IV. Observação dos dispositivos legais: a Fundação Renova deve rever e aplicar os dispositivos legais vigentes, principalmente os que se referem aos procedimentos de Anuência Prévia e Licenciamento Ambiental, no processo de reassentamento da população de Bento Rodrigues.

Ressalta-se a relevância dos dispositivos que tratam da fração ideal e tamanho mínimo dos lotes, dadas as peculiaridades do terreno. Esse aspecto está sendo destacado visto que pode gerar novos impactos nas relações interpessoais, que hoje são inexistentes.

6.2. Participação mais efetiva do Estado

Sugere-se que o acompanhamento das reuniões entre Fundação Renova e as populações impactadas sejam realizados por meio da participação de servidores da SEMAD e da SECIR, com o objetivo de garantir que as informações referentes aos procedimentos executados pelo Estado sejam repassadas às comunidades de maneira transparente, e assegurar que a participação e as manifestações e anseios da população impactada estão



sendo levados em consideração para a elaboração e implementação do projeto urbanístico da Nova Bento Rodrigues.

6.3. Estudos referentes ao aterro sanitário

Conforme apresentado pela comunidade impactada de Bento Rodrigues, a área destinada para reassentamento dos mesmos está localizada próximo a um aterro sanitário irregular, hoje operado pela Prefeitura Municipal.

Sugere-se que seja realizada a fiscalização e a emissão do diagnóstico do aterro em questão pela FEAM, de modo que seja possível solicitar os estudos cabíveis e levantamento de riscos referentes ao mesmo à Fundação Renova de modo que as análises para sua regularização sejam encaminhadas e finalizadas de maneira mais célere.

6.4. Alinhamento com a SETUR

A participação da Secretaria de Estado de Turismo se faz necessária para que seja apurada a possibilidade de alteração da rota da Estrada Real, de modo a contemplar a Nova Bento Rodrigues, visto que o antigo distrito se beneficiava socialmente e economicamente ao estar localizado na rota da ER.

Nesse sentido, sugere-se uma aproximação à SETUR e, posteriormente, a criação de um grupo de trabalho que tenha como objetivo único a adequação da rota da ER, contemplando a Nova Bento Rodrigues.